



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

140° Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Data: 08 de novembro de 2023. 9h

Local: Auditório 01 do IBAMA, Edifício do IBAMA Sede, Brasília/DF

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião foi iniciada às 09h30 pelo Secretário Executivo João Paulo Capobianco com a presença de 60 Conselheiros. Após dar boas-vindas a todos passou a palavra para a Ministra Marina Silva para a abertura oficial.

A Ministra abriu a reunião e pediu ao Presidente do Ibama Rodrigo Agostinho fazer uma breve saudação como anfitrião da reunião. Presidente do Ibama ressaltou que o momento era de retomada das atividades do Conama e do Sisnama e colocou o Ibama à disposição de todos. Ressaltou necessidades relativas às resoluções sobre o licenciamento e a importância de que os órgãos estaduais, municipais, o Setor Empresarial e a Sociedade Civil possam opinar independentemente de estarem ou não presentes nas Câmaras Técnicas. E em razão de alguns representantes virem de longe para conversar e se colocou à disposição para fazerem reuniões ao longo do dia.

A ministra Marina Silva, em seguida, cumprimentou a todos e a todas e apresentou considerações relacionadas à retomada das atividades do Conama. Ressaltou o reestabelecimento das atribuições precípuas, que precisavam ser revisitas e ampliadas. Ressaltou a importância da Comissão Tripartite Nacional como instrumento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e enfatizou a questão da governança climática e da elaboração do pacto federativo na agenda de mudança do clima considerando que estamos às vésperas da COP 28. Lembrou que o Governo Federal tem trabalhado muito no plano de transformação ecológica coordenado pelo Ministro Fernando Haddad e muito em breve será possível ter os planos de transformação ecológica traduzido nos Estados e nos Municípios para a agenda de mitigação e adaptação. Reconheceu a magnitude dos eventos de mudança do clima e os fenômenos que estão sendo potencializados. Ressaltou que a Agenda Nacional de Meio Ambiente entraria em debate nessa reunião do Conama e que ela deverá orientar as políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente junto com as contribuições da Conferência Nacional de Meio Ambiente. A ministra comentou também sobre outros temas de debate na reunião, que são a proteção e a recuperação da biodiversidade, o combate ao desmatamento e aos



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

incêndios e o trabalho conjunto, sobretudo pensando os planos de prevenção e controle do desmatamento de todos os biomas. Ressaltou a implementação e a atualização do PPCDAm, a conclusão do PPCerrado e destacou a importância da bioeconomia no contexto das políticas ambientais.

O sr. João Paulo Capobianco apresentou algumas considerações sobre a retomada dos trabalhos do Conama e parabenizou a equipe em nome da Diretora do Conama, Marcela Morais, da Coordenadora-Geral do CONAMA, Júlia Martins, da Coordenadora-Geral do SISNAMA, a Mônica Guedes, e de toda a equipe por esse trabalho importante e muito produtivo. Pediu, inicialmente, a aprovação da pauta com duas inclusões em razão de ter uma necessidade, conforme previsto na Resolução 491, Artigo 9º da Resolução 491, de apresentar ao CONAMA o relatório de avaliação da qualidade do ar e de um segundo ponto de pauta extremamente oportuno, que é a apresentação pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais dos dados do DETER Pantanal. E não tendo manifestações contrárias, os pontos propostos foram incluídos na pauta.

2. APRESENTAÇÃO DE NOVOS CONSELHEIROS

Após a abertura oficial da reunião, a diretora Marcela Morais fez a leitura dos novos conselheiros do Ministério da Agricultura e Pecuária; do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Ministério do Esporte; do Ministério dos Povos Indígenas; do Comando do Exército.

3. TRIBUNA LIVRE

- **Cesar Victor o Espírito Santo – (Representante da Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)**
- Em nome da Sociedade Civil, chamou atenção para pautas que deveriam mobilizar a todos e todas que se preocupam com a questão ambiental. Iniciou com o chamado de apoio à publicação do Comitê dos Direitos das Crianças sobre o Meio Ambiente e a Mudança do Clima lançado no Congresso Nacional pelo Instituto Alana e a Coalizão Clima, Crianças e Adolescentes em parceria com o Unicef. Uma outra questão para a qual chamou atenção, em especial no Cerrado do Noroeste de Minas na região do Mosaico Sertão Veredas, Peruaçu, mas não só no Cerrado, em outros biomas também, estão sendo implantados grandes empreendimentos de energias renováveis. No entanto, por serem, em teoria, de impacto local, eles estão sendo aprovados sem consultas públicas durante os processos de licenciamento. São feitas licenças ambientais simplificadas e eles são altamente impactantes na dimensão agregada, em especial sobre a biodiversidade, mas também



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

comprometem o abastecimento de água e o deslocamento de extrativistas, agricultores e pecuários tradicionais e locais. O mesmo se dá no caso dos parques de energia eólica, cujos impactos socioambientais atingem fortemente a vida das comunidades locais e a natureza. Apresentou questionamentos sobre as licenças ambientais simplificadas e ressaltou a urgência de que o CONAMA estabeleça resoluções que prevejam estudos de impactos ambientais e sociais para minimizar os impactos gerados por novas formas de geração de energia importantes de serem fomentadas. Defendeu que esses projetos envolvam consultas à sociedade. Saudou a iniciativa de retomar as Conferências Nacionais de Meio Ambiente e registrou o interesse da Sociedade Civil em participar da construção desse importante espaço democrático, e que sejam convidados a participar da construção do método, mobilização e conteúdo de alimentação deste processo. Em relação à COP 28, expressou preocupação sobre a dissociação entre os documentos oficiais construídos e a gravidade dos impactos das mudanças climáticas, a urgência de medidas rápidas e eficientes para mitigação, adaptação, financiamento e apoio aos mais vulneráveis. Expressou preocupação com o avanço de projetos de lei que constituem graves ameaças à legislação socioambiental criada às duras penas desde a democratização deste país e com iniciativas que visam afrouxar o licenciamento ambiental, aprovar a PL do veneno e fragilizar a lei da Mata Atlântica. Manifestou apoio ao movimento indígena que estava mobilizado para o Congresso não derrubar os vetos da PL 2903. Recomendou ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática que apoiasse de forma mais enfática a PEC dos Biomas Caatinga, Cerrado e Pampa para que ela seja pautada e votada.

- **Gabriel Oliveira Coutinho Santos Soares (Governos Municipais - ANAMMA Região Sudeste)** – Como Secretário Municipal de Meio Ambiente da cidade de Nova Lima, representante da ANAMMA no conselho informou que seria realizado naquele mês, em Belo Horizonte, o encontro de reconstrução da ANAMMA Minas. O estado de Minas Gerais é o estado com o maior número de Municípios e que tem Municípios com características ambientais diversas.
- **Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Enfatizou a importância da retomada do Conama e agradeceu à Ministra Marina. Reconheceu o avanço excepcional na reunião da tripartite que ocorreu no dia anterior e que iria sair a tripartite dos estados e dos municípios em um avanço do Ministério. Fez um convite para todos os estados para participar do Fórum Brasil de Gestão Ambiental.
- **Cláudia Lins (Confederação Nacional dos Municípios)** – Propôs uma sugestão feita dentro do grupo assessor de revisão da composição do CONAMA, que teve uma fala de uma Promotora sobre paridade que achou interessante por considerar que de fato o poder público comparado à Sociedade Civil e ao setor empresarial estava realmente com um



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

número maior de votações e considerou isso perigoso. Sugeriu maior transparência e controle social na forma de votar enquanto Conselheiro. Talvez por meio digital ou outra forma, ter um sistema que garanta a transparência e o controle social de como os conselheiros votam.

- **Marcela Oliveira Scotti De Moraes (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA)** – Informou que está sendo trabalhado esse sistema e que a TI do MMA desenvolveu um sistema de votação onde todos os Conselheiros vão ter o login e nesse ambiente existe a possibilidade de marcar a presença para poder conferir o quórum e estabelecer um prazo de votação. E quando tiverem um sistema de votação terão alguns minutos para votar e sair pelo celular e já vão ter automaticamente o painel com as votações.
- **João Paulo Capobianco (secretário-executivo)** – passou ao item aprovado que é a apresentação do Deter Pantanal. Pediu ao Cláudio Almeida, que pudesse fazer a sua apresentação.
- **Cláudio Almeida (Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudo Climáticos do INPE)** – Agradeceu em nome do Capobianco ao CONAMA pela oportunidade de mostrar para os Conselheiros o trabalho que começaram a desenvolver com o Deter Pantanal e iniciou a apresentação.
- **João Paulo Capobianco (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Comentou sobre a gravidade do problema do Pantanal e agradeceu muito ao Cláudio. Perguntou se alguém teria alguma questão para colocar para o Cláudio.
- **Rodrigo Silva Lemos (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)** – Apresentou uma dúvida sobre as cicatrizes de queimadas: se foi feita a análise de qual seria a cobertura florestal anterior, se era de vegetação nativa, se ela já era uma área antropizada.
- **Cláudio Almeida (Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudo Climáticos do INPE)** – Respondeu que não analisam a tipologia da vegetação que está sendo queimada ou suprimida, mas se é em uma área nativa, olham só para a área que tem aquela máscara de exclusão, então, aquilo que já foi suprimido não entra na contabilidade. Então, seria só a área de queimada em cima de vegetação nativa.
- **João Paulo Capobianco (Secretário-Executivo)** – Sugeriu fazerem o monitoramento mês a mês, divulgando os dados, e pediu para informar se já estaria disponível no site, funcionando permanentemente, pois isso vai propiciar uma nova ferramenta para que se possa avançar na proteção também do Pantanal, que tem sido objeto de grandes discussões



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

no CONAMA, desde que o CONAMA foi restabelecido. Agradeceu ao Cláudio, parabenizou pelo trabalho que é uma contribuição inestimável. Na sequência solicitou a apresentação do relatório de gestão de florestas públicas conforme a lei 11.284/2006, que refere ao ano base 2021-2022 que será apresentado pelo diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro, doutor Garo Batmanian.

- **Garo Batmanian (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro)** – Cumprimentou a todos e a todas. Considerou que seria uma apresentação um pouco estranha para ele, por ser o relatório do ano passado e um pouco mais tarde esse ano, com a retomada do CONAMA, fez essa apresentação na última sessão e não na primeira sessão do CONAMA, porque antes não tinha. Em seguida realizou a apresentação das informações.
- **João Paulo Capobianco (Secretário-Executivo)** – Após a apresentação passou a palavra ao Lauro Baca.
- **Lauro Eduardo Bacca (Associação Catarinense de Preservação da Natureza – Acaprena)** – Perguntou sobre a situação das florestas e ecossistemas não destinados. Por exemplo, no Cerrado, se existem apenas não destinados, se existe alguma previsão de salvar esses 5% como uma unidade de conservação?
- **Maria Heloisa Dias (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)** – Agradeceu ao Serviço Florestal Brasileiro pelo trabalho e pela apresentação do relatório. Reforçou pontos considerados imprescindíveis dentro da nova gestão e uma expectativa grande no sentido de alinhar essa política de gestão das florestas públicas com a política de combate ao desmatamento, de redução do desmatamento, legal e ilegal, para enfrentamento das emergências climáticas e das mudanças climáticas e de uma reprogramação para ampliar a participação social e a transparência necessária em toda a gestão e nos relatórios. Destacou alguns pontos: A Comissão Nacional de Florestas, a CONAFLO, que está revendo o decreto e ainda não tinha ainda posse do Conselho da Comissão Nacional de Florestas, perguntou se procede. Trata-se de um mecanismo importante de acompanhamento, de monitoramento e de participação nesse processo da Comissão Nacional. E se os mecanismos estão assegurados para a transparência do monitoramento em campo dessas concessões. Outro ponto é no sentido de reforçar a recomendação ao Serviço Florestal de não incluir na habilitação de florestas públicas a concessão em áreas de FLONAS e com povoamentos florestais de espécies ameaçadas de extinção. E recomendar que se traga mais ao CONAMA, seja via Câmara Técnica de Biodiversidade ou não, o conhecimento sobre esse processo.
- **José Truda Palazzo Junior (Instituto Baleia Jubarte)** – Ressaltou a importância de destinação das florestas públicas nos biomas, Cerrado, Caatinga, Pantanal para a Unidade



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

de Conservação, em particular, a Unidade de Conservação de Proteção Integral. Ressaltou a importância de um trabalho de educação sobre o fato de que a Unidade de Conservação de Proteção Integral não é uma área inerte do ponto de vista econômico. Ela colabora diretamente com a economia através dos serviços ecossistêmicos, mas também através da provisão direta de benefícios econômicos, como é o caso das áreas concedidas em parques nacionais para serviços de uso público. Expressou ser um entusiasta das concessões de serviços em Unidade de Conservação. Citou casos de produtos não madeireiros em áreas florestais, principalmente na Amazônia, que tem um impacto bem mais baixo do que a extração de madeira e usos não extrativos. Citou a Floresta Nacional de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul, como uma área maravilhosa de floresta nativa utilizada frequentemente por grupos de observadores de aves. Ressaltou a sugestão de que os usos não extrativos passem a ser mais considerados para concessão.

- **Garo Batmanian (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro)** – Esclareceu sobre diferenças entre o CONAFLOP e o CGFLOP. O CONAFLOP sendo uma instância criada dentro do MMA que está na mesma situação que o CGFLOP, tem um escopo mais amplo e fica na Secretaria de Biodiversidade que está no mesmo processo de mudanças. O CGFLOP é de florestas públicas. Quanto às espécies ameaçadas, considerou que pode conceder as áreas, mas não permitir usar as espécies ameaçadas. Então, não é não conceder uma área que tem a espécie ameaçada, mas o plano de manejo tem que cuidar de não afetar a espécie. Abordou também aspectos de exploração de madeiras.
- **Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica)** – Lembrou do trabalho de promoção dos produtos da sociobiodiversidade e a ajuda da CONAB para o estabelecimento do preço mínimo garantido, PGPM, para produtos da sociobiodiversidade. E que vários produtos estão e continuam na PGPM e a CONAB tem excelente metodologia para chegar no preço mínimo, o que poderia ajudar na concessão de produtos não madeireiros.
- **José Truda Palazzo Junior (Instituto Baleia Jubarte)** – Lembrou da retomada do Programa de Manejo Comunitário em razão de que em RESEX, em RDS, não se pode fazer concessão. A retomada do programa está em consulta com a Secretária Carina, de Bioeconomia, da Secretária de Povos Tradicionais. Lembrou de não ficar só no manejo da escala comercial e que as RESEX e RDS também são terras públicas, e, portanto, o seu manejo deve ser apoiado.
- **Rosângela Maria Ribeiro Muniz (Diretora de Qualidade Ambiental – IBAMA)** – Apresentou dados consolidados sobre a destinação de pneus inservíveis relativos aos anos base 2020 e 2021, conforme previsão do Artigo 16 da Resolução CONAMA 416/09.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Cláudia Lins (Confederação Nacional dos Municípios)** – Chamou atenção para a revisão da resolução CONAMA para que possa dialogar com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, porque considerou que na ponta não é um sucesso, considerando nessa questão os Municípios brasileiros e a Capital Brasília.
- **Rodrigo Antônio De Agostinho Mendonça (Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA)** – Apresentou esclarecimentos sobre o tema dos resíduos envolvendo a importação e a logística reversa dos pneumáticos.
- **Adalberto Maluf (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** – Apresentou esclarecimentos sobre os quatro sistemas de logística reversa, que são regulados pelo CONAMA, pneus, pilhas e baterias, o look e lâmpadas. Esclareceu que há 13 sistemas de logística reversa e que a maior parte deles, sem ser esses quatro de CONAMA, são acordos setoriais.
- **Rosângela Maria Ribeiro Muniz (Diretora de Qualidade Ambiental – IBAMA)** - Informou que diretoria está aberta para conversar sobre a alteração na resolução referente ao tema.
- **Adalberto Maluf (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** – Abordou questões referentes à Resolução 491 com considerações sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade do STF, e apresentou informações referentes ao relatório de avaliação da qualidade do ar, conforme previsão do Artigo 9º da Resolução 491 de 2018.
- **Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica)** – Lembrou do Proconve como um caso de sucesso das negociações do CONAMA.
- **Marcela Oliveira Scotti de Moraes (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA)** - Esclareceu que em razão da mudança no Regimento Interno e do desdobramento da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e Gestão Territorial em duas câmaras e a criação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, teve uma mudança na presidência de algumas das câmaras e fez a leitura desses nomes.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Em referendo, consultou os Conselheiros se haveria alguma objeção, algum questionamento, alguma dúvida em relação aos nomes lidos pela diretora Marcela. Foram então aprovados por unanimidade os Conselheiros e os presidentes das Câmaras Técnicas nominados pela diretora Marcela. Em seguida passou para o item B da ordem do dia que trata da proposta de agenda nacional do Meio Ambiente para os anos 2024 e 2025



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

de procedência do CIPAM e apresentou esclarecimentos sobre o item que seria submetido à aprovação.

4. PROPOSTA DA AGENDA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

- **Mauren Lazzaretti (Governo Do Estado - Mato Grosso)** – Sobre as questões relacionadas aos temas e eixos da Agenda Nacional de Meio Ambiente ressaltou a necessidade de maior amadurecimento das questões.
- **Andréa Vulcanis (Governo Do Estado – Goiás)** –Concordou com a necessidade de amadurecimento relacionadas à fala da Mauren.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Apresentou esclarecimentos sobre a elaboração da Agenda Nacional de Meio Ambiente.
- **Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica)** - Apresentou considerações sobre a elaboração da Agenda Nacional de Meio Ambiente e a atuação do CIPAM.
- **Mário Cardoso (Confederação Nacional da Indústria - CNI)** – Apresentou considerações sobre a elaboração e as deliberações sobre a Agenda Nacional de Meio Ambiente.
- **Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Apresentou considerações sobre deliberações relativas à Agenda Nacional de Meio Ambiente.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Apresentou esclarecimentos as propostas de revisão de resoluções que vieram das próprias Câmaras Técnicas e considerou que novas questões poderão ser trazidas, sem nenhum problema.
- **Rodrigo Justus De Brito (Confederação Da Agricultura E Pecuária Do Brasil – Cna)** – Propôs fazer a aprovação do texto da Agenda Nacional retirando os pontos controversos para destaque e abrindo a oportunidade para os Conselheiros fazerem uma avaliação mais profunda separando aquilo que não é consenso e aprovar o resto. E no próximo ano, na próxima reunião, entrariam de novo nesse assunto.
- **Fani Mamede (Ministério dos Transportes)** – Apresentou considerações no mesmo sentido do pedido dos Conselheiros anteriores para que seja retirado da Agenda o que não for



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

consenso ou o Ministério dos Transportes pediria vistas à proposta apresentada para aperfeiçoar e trabalhar melhor o texto da Agenda Nacional de Meio Ambiente.

- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Concordou em coletar os destaques para a retirada do texto e abrir um processo para tratá-los da forma que todos os Conselheiros se sintam confortáveis e adequados.
- **Mauren Lazzaretti (Governo Do Estado - Mato Grosso)** – Em relação ao item 11, perguntou se seria possível, ao invés só de tirar, se poderiam incluir, porque não haveria prejuízo porque ele já estaria solucionado. O tema seria sobre o financiamento. É uma demanda da ANAMMA, ABEMA de incluir Estados e Municípios e não precisaria tirar, seria só incluir, além dessas entidades, Estados e Municípios, e estariam contemplados, ABEMA e ANAMMA.
- **João Paulo Capobianco - (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Propôs fazer o primeiro destaque e na sequência abrir, se for essa questão, um adendo. Entendeu que o Ministério dos Transportes queria rediscutir completamente um item. Propôs fazer uma rodada, primeiro, dos destaques e na sequência o encaminhamento deles sendo por letra e por número.
- **Mauren Lazzaretti (Governo Do Estado - Mato Grosso)** – Esclareceu que os itens seriam o A11 e A13, o B12 e o B6.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Abriu a inscrição para o recebimento dos destaques da Agenda Nacional de Meio Ambiente. Na sequência abriu para a votação da parte que não recebeu destaques, que foi aprovada, e em seguida abriu a discussão sobre o encaminhamento dos destaques.
- **Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica)** – Sugeriu que todas aquelas resoluções para as quais o Conama tem obrigações legais de fazer ficassem e as outras voltem para as Câmaras Técnicas definirem. Isso seria uma forma de resolver a questão das resoluções, porque, conceitualmente, faz parte da agenda ter obrigações para o CONAMA também, já que o CONAMA é órgão do SISNAMA.
- **Mário Cardoso (Confederação Nacional da Indústria - CNI)** – Sugeriu que na parte da tarde ou para outro dia transferir a atividade relacionada aos destaques para a fazer isso de uma maneira menos corrida, menos atropelada.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica)** – Apresentou considerações sobre a questão da mineração e o genocídio que está acontecendo com Povos Tradicionais, como os Yanomamis, como os Mundurukus, o garimpo, e a parte da mineração no documento.
- **Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Apresentou comentários sobre a participação efetiva no conselho para que se possam alcançar os objetivos propostos.
- **Maria Heloisa Dias (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)** – Apresentou comentários sobre as autorizações de desmatamento, a mudança do clima e a sustentabilidade da política ambiental.
- **Rafael Gandur Giovanelli (Fundo Mundial para Natureza - WWF BRASIL)** – Abordou o trabalho sobre o CONAMA para discutir a recomposição, com pesquisadores superespecializados em conselhos no Brasil e sobre a Agenda Nacional pautar o SISNAMA na busca de um alinhamento, uma cooperação entre os entes federativos com a participação da Sociedade Civil, considerando isso algo excelente.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Colocou em votação a proposta de retorno no período da tarde para a discussão e para solucionar alguns conflitos de redação e a proposta que foi aprovada pelos presentes.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Identificou no período da tarde um desbalanço no plenário e perguntou sobre a presença dos setores. Considerou que do ponto de vista do regimento a reunião poderia seguir, mesmo sem quórum, desde que não delibere.
- **Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica), José Truda Palazzo Junior (Instituto Baleia Jubarte), Cláudia Lins (Confederação Nacional dos Municípios), Antonio Carlos Porciuncula Soler (Região Sul - Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR), Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA), Rodrigo Silva Lemos (Região Sudeste - Instituto Guaicuy), Philippe Campello Costa Brondi da Silva (Governo do Estado - Rio de Janeiro), João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Apresentaram considerações sobre a ausência dos conselheiros no período da tarde, considerando o fato uma contradição após terem deliberado sobre a continuidade dos trabalhos após o almoço no período da tarde.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

5. INFORMES

- **Rafael Gandur Giovanelli (Fundo Mundial para Natureza - WWF BRASIL)** – Convidou a todas e todos para o seminário a ser realizado no dia 23 de novembro no ICMBio. O seminário é uma iniciativa da Sociedade Civil para contribuir com o grupo assessor de revisão da composição do CONAMA para discutir como tornar o CONAMA mais forte, mais representativo e mais democrático.
- **Pedro Ivo (Associação Civil Alternativa Terrazul)** – Apresentou considerações sobre a elaboração da proposta de transição ecológica saudando essa iniciativa histórica Ministério da Fazenda de se envolver em um debate dessa magnitude e expressou as preocupações da Sociedade Civil com a participação das comunidades, das sociedades, e dos Municípios nesse programa.
- **Gabriel Oliveira Coutinho Santos Soares (Governos Municipais - ANAMMA Região Sudeste)** – Apresentou o convite para todos os Conselheiros para o primeiro Fórum Metropolitano de Atenção, Proteção e Bem-estar Animal, que Nova Lima está organizando, que é um Fórum pioneiro, envolvendo várias Cidades da região metropolitana de Minas Gerais de Belo Horizonte para tratar as políticas públicas.
- **Philippe Campello Costa Brondi Da Silva (Governo do Estado - Rio de Janeiro)** – Apresentou considerações sobre o fato de que vários setores estão se mobilizando em relação à reforma tributária e o seu impacto nos municípios. O Rio de Janeiro montou um grupo de trabalho formado pela Secretaria de Estado, pelo INEA, pela Secretaria de Fazenda, pela Secretaria de Planejamento, pelo Centro de Pesquisas, para avaliar o impacto nos Municípios em relação à aprovação dessa reforma. Considerou que quem quiser poderia procurá-lo para trocar informações, e que é preciso fazer um grande movimento para não enfraquecer a principal ferramenta de fornecimento de orçamento para a proteção do meio ambiente municipal no Brasil.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Lembrou que foi apresentada uma emenda para a reforma tributária para garantir a permanência do ICMS Ecológico, ferramenta fundamental que foi votada no dia anterior, sobre a qual pediu para verificarem o texto aprovado na Comissão.
- **Antonio Carlos Porciuncula Soler – (Região Sul - Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR)** – Sugeriu que fosse feita uma lista daqueles que permaneceram no período da tarde. Adicionalmente, apresentou considerações sobre a ideia da PEC do Pampa, para elevar o Pampa à condição de patrimônio nacional, assim como já são outros biomas, juntamente com o Cerrado e com a Caatinga, que também não são reconhecidos



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

como patrimônio nacional. Registrou uma luta importante para tentar preservar uma parte da Mata Atlântica em Rio Grande, que tem um adesivo, que é a criação do Parque das Caturritas na cidade do Rio Grande, que é parte de uma luta voltada para a qualidade de vida na cidade.

- **Tobias Tiago Pinto Vieira – (Movimento Verde de Paracatu)** – Apresentou graves problemas ecológicos relativos à Bacia do Rio Paracatu. Ressaltou que a bacia está toda degradada, com 70% do cerrado que estava presente na bacia já não está existindo mais. As áreas produtivas têm sido operadas utilizando captações pelo rio e com captação subterrânea, tendo alta quantidade de pós-tubulares em uma situação em que o Rio está abastecendo um lençol freático e não mais o lençol freático abastecendo o Rio. Então, com todos esses problemas identificados, o Comitê do Paracatu vai emitir uma nota, uma carta de Paracatu e gostaria de contar com o apoio para o que será encaminhado para o Ministério, talvez diretamente para o e-mail do secretário executivo para que possam apoiar e contribuir também com o Rio São Francisco, para que tenha a vazão esperada, para que o Rio não tenha mais problemas de vazão.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Convidou os presentes para o encontro sobre Monitoramento do Ar na Amazônia que vai acontecer no Ministério do Meio Ambiente, no dia seguinte à reunião do Conama, onde será discutida a qualidade do ar com os técnicos e com algumas pessoas. Manifestou também preocupações com o bioma Caatinga.
- **Lauro Eduardo Bacca – (Associação Catarinense de Preservação da Natureza – Acaprena)** – Apresentou considerações sobre Caminho de Fritz Muller e o interesse ambiental do Ministério do Meio Ambiente para a implantação desses caminhos, dessas trilhas de longo percurso no Brasil. Os caminhos de Fritz Müller somam aproximadamente mil quilômetros só dentro do estado de Santa Catarina. Ressaltou que há uma proposta de obtenção de isenção fiscal no governo estadual e se isso for aprovado vão ser feitos estudos.
- **César** - Perguntou sobre a questão do programa de conversão de multas ambientais, que foi um programa aprovado há uns anos e que foi paralisado no último governo, e neste atual governo, houve já alguns debates e algumas conversas no Ibama, inclusive envolvendo o Presidente Agostinho. Só que essa questão está se prolongando e o recurso de conversão de multas é algo realmente representativo.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Respondeu considerando que esse foi um dos assuntos tratados no almoço hoje com o Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, que está trabalhando intensamente para retomar com muita força e que realmente é um valor muito expressivo.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

É possível injetar recursos na conservação, recuperação, em toda a parte de recuperação de bacias hidrográficas e de forma muito intensa. Rodrigo está muito mobilizado para isso.

- **Raul Zoche (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG)** – Trouxe uma preocupação que a CONTAG vem recebendo a partir da base da agricultura familiar. Esteve no dia 17 de julho conversando com todas as federações que representam os estados da região nordeste sobre o tema que o colega trouxe pela manhã, que é a implantação de grandes empreendimentos de energia renovável, tanto na terra quanto no mar. A partir desse momento foi feita uma carta encaminhada aos Ministérios com 14 elementos fundamentais para a implantação desses parques, esses grandes empreendimentos, com o objetivo de não causem mais impactos sociais. Recomendou para o Conselho e para o Ministério do Meio Ambiente o desafio de pensar instrumentos que sejam capazes de prever esses impactos sociais que têm afetado as nossas comunidades, os nossos territórios, historicamente, muito antes da energia eólica e das usinas hidrelétricas.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Verificou que não haviam mais inscritos, agradeceu a todos a presença e encerrou a reunião.